

Inflação de 12% propiciará retomada

* 7 DEZ 1992

Econ-Brasil

JORNAL DE BRASÍLIA

Daqui a um ano, em dezembro de 1993, a taxa de inflação mensal do Brasil deverá estar situada no patamar de 12%, encontrando-se o País em condições de retomar o seu processo histórico de crescimento econômico acelerado, para atingir, em pouco tempo, de 6 a 7% ao ano. Estes são os dois pilares macroeconômicos, em termos de metas, com os quais trabalham, no momento, os estrategistas do governo encarregados da preparação das diretrizes gerais sócio-econômicas para o médio e longo prazos, segundo revelou ao **Jornal de Brasília** o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Antônio Rocha Magalhães.

Para que não ocorra uma frustração geral com relação aos novos planos macroeconômicos do governo, Magalhães alerta que o que será divulgado a partir da definição do **impeachment** de Fernando Collor não será um pla-

no de governo típico, como o Plano Salt (governo Dutra), o Plano de Metas (governo JK) e o I Plano Nacional de Desenvolvimento — PND — (governo Médici) ou o II PND (governo Geisel).

Esses planos tradicionais davam um receituário da atuação do governo, com escolha de prioridades e atuação conceitual e, em seguida, estabeleciam programas detalhados com metas quantitativas e a designação de recursos a serem alocados pelos setores público e privado.

Estratégia — O novo plano de governo, segundo anuncia Magalhães, vai nascer, na realidade, de uma peça filosófica que não poderá ser confundida com uma “carta de intenções” meramente, porque, ao contrário desta, terá consequências práticas. A estratégia do governo Itamar Franco consiste, em primeiro lugar, em dispor da filosofia de atuação do gover-

no, que será, na realidade, um **sinalizador** para todos os agentes econômicos e para a sociedade.

A partir desta sinalização, o governo formalizará a realização de fóruns setoriais para discutir o estabelecimento de programas concretos com todos os segmentos interessados da sociedade.

É dessa discussão que vão surgir os **programas específicos** “amarrados” ao pensamento geral do governo. A definição desses programas vai consumir de um a dois meses de debate com a sociedade, ocorrendo a primeira “colheita” de programas já em março, concluindo-se toda a montagem de todos os programas, numa primeira rodada, até julho de 1993.

Vantagem — A vantagem dessa nova modalidade de planejamento, segundo Antônio Rocha Magalhães, está no seu caráter democrático no qual o governo sinaliza

os seus princípios básicos e em seguida vai buscar as prioridades específicas em cada setor junto à comunidade, evitando, deste modo, a adoção de medidas “de cima para baixo”.

Na realidade, a nova concepção de planejamento extingue também os planos prontos e acabados com princípio, meio e fim, e passa a atuar como **processo** de longo prazo, com horizontes de pelo menos dez anos.

A força dessa nova sistemática está, inclusive, no reconhecimento de que não dá para um governo resolver todos os problemas nacionais e, mais realidade ainda para o governo Itamar, o reconhecimento de que “não dá para se fazer tudo em dois anos”, diz Magalhães. O governo, ao contrário, quer equacionar os problemas junto com a comunidade e iniciar as soluções na medida dos recursos disponíveis. (Helival Rios)